

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- A inconstitucionalidade das alterações na pensão por morte (decorrente das modificações promovidas pela Lei nº 13.135/2015 no art. 77 da Lei nº 8.213/1991)*
Marcus Orione 15
- A possibilidade de uma pessoa acusada em processo penal dispensar o seu interrogatório judicial durante a audiência designada para a sua realização*
José Renato Rodrigues 27
- A Resolução nº 15/2017 do Senado Federal, um caso de manipulação inconstitucional*
Moisés Anderson Costa Rodrigues da Silva..... 41
- Os dois filósofos da Escola de Atenas*
Ricardo de Castro Nascimento 51
- “Reformar para excluir”: consequências do aumento do tempo de contribuição nas principais modalidades de aposentadoria do RGPS*
Júlia Lenzi Silva 65

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Licitação. Pregão eletrônico. Rejeição da proposta da licitante. Recurso administrativo apreciado pelo pregoeiro. Impossibilidade.*
Ap 0002962-63.2007.4.03.6100
Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 81
- Servidor público inativo. Gratificações de desempenho individual percebidas pelos servidores ativos. Extensão aos aposentados e pensionistas. Paridade. Possibilidade. Caráter geral do benefício. Súmula vinculante nº 20, STF. Necessidade de regulamentação. Norma de natureza geral e linear. Perda do caráter “pro labore faciendo”.*
Ap 0002673-38.2009.4.03.6108
Desembargador Federal Wilson Zauhy 85

Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo. Microempresa cuja atividade básica é higiene e o embelezamento de animais domésticos. Registro no conselho profissional. Contratação de responsável técnico. Desnecessidade. Nulidade do auto de multa decorrente.

Ap 0003507-71.2015.4.03.6127

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 99

Mandado de Segurança. Cédula de identidade de estrangeiro. Regularização migratória. Isenção de taxas. Hipossuficiência comprovada. Razões humanitárias. Atos necessários ao exercício da cidadania.

Ap 0014729-20.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....105

Mandado de Segurança. Especialização. Obstetrícia. Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN/SP. Resolução nº 479/2015/COFEN. Possibilidade.

ReeNec 0014207-56.2016.4.03.6100

Desembargador Federal André Nabarrete 109

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Prejuízo ao erário. Índícios de atos ímprobos. Indisponibilidade de bens. Proibição de contratação com o poder público e exercício de cargos públicos.

AI 0002191-03.2017.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Denise Avelar 113

Suspensão de Liminar. Decisão que determinou o cumprimento de medida liminar de fornecimento de medicamento sob pena de bloqueio de receitas do município de Campo Grande. Portadora de amiotrofia espinhal progressiva tipo II. Uso contínuo do medicamento importado Spinraza (Nusinersen), necessário para bloquear a degeneração neural. Medicamento aprovado recentemente pela ANVISA, pendente a regulação quanto ao preço a ser vendido no país. Preço arbitrado pelo laboratório de altíssimo custo.

SLAT 5020456-65.2017.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Marcondes123

DIREITO CIVIL

Ação de reintegração de posse. Invasão de imóvel inserido no programa de arrendamento residencial - PAR. Esbulho possessório configurado.

Ap 0014845-60.2014.4.03.6100

Desembargador Federal Souza Ribeiro 131

DIREITO CONSTITUCIONAL

Lei municipal. Segurança dos munícipes quando da utilização de caixas eletrônicos. Interesse local. Competência municipal.

Ap 0002779-71.2007.4.03.6107

Desembargadora Federal Marli Ferreira139

DIREITO EMPRESARIAL

Ação anulatória de registro de marca. Utilização da águia bicéfala como signo distintivo da marca Cavaleira. Validade. Pedido julgado improcedente.

Ap. 0005375-78.2009.4.03.6100

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....145

DIREITO PENAL

“Estelionato judicial”. Crime tipificado no artigo 171, § 3º, c/c artigo 14, II, do CP. Atipicidade não configurada. Cerceamento de defesa. Não configurado. Materialidade e autoria comprovadas.

Ap. 0002510-33.2005.4.03.6000

Desembargador Federal Valdeci dos Santos.....155

Lavagem de capitais. Lei nº 9.613/1998. Materialidade. Autoria. Dolo. Comprovação. Crime antecedente. Ocorrência. Origem lícita do bem não demonstrada. Erro de proibição. Inaplicabilidade.

Ap. 0008230-44.2006.4.03.6000

Desembargador Federal Maurício Kato.....163

Peculato-furto. Materialidade e autoria comprovadas. Funcionária da CEF. Saque fraudulento de contas do FGTS. Pena redimensionada.

Ap. 0008307-87.2009.4.03.6181

Desembargador Federal Nino Toldo 171

Corrupção passiva. Crime formal. Materialidade. Autoria. Comprovação. Avaliador do Ministério da Educação. Solicitação de valores para instruir instituição superior na interposição de recurso administrativo contra o relatório por ele próprio elaborado.

Ap. 0010135-24.2010.4.03.6104

Desembargador Federal André Nekatschalow187

Tráfico internacional de armas. Dosimetria. Valor do dia-multa e prestação pecuniária reduzidos.

Ap. 0002767-57.2016.4.03.6005

Juíza Federal Convocada Giselle França195

Dano contra CEF. Artigo 163, III, do CP. Decisão de rejeição da denúncia reformada. Inaplicabilidade do princípio da insignificância.

RSE 0007375-86.2016.4.03.6106

Desembargador Federal Paulo Fontes200

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadoria por tempo de contribuição. Motorista autônomo. Comprovação das condições especiais.

ApReeNec 0004163-70.2010.4.03.6105

Desembargador Federal Paulo Domingues 207

Aposentadoria por invalidez. Requisitos preenchidos. Contexto socioeconômico. Histórico laboral. Improvável reabilitação profissional. Súmula 47 do TNU. Precedente do STJ.

ApReeNec 0039135-87.2011.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado214

Pensão por morte. Indígena. Documentos emitidos pela FUNAI. Validade. Óbito, qualidade de segurado e dependência econômica comprovados. Requisitos preenchidos. Benefício devido. Termo inicial. Autora absolutamente incapaz. DIB fixada na data do óbito.

ApReeNec 0001057-38.2012.4.03.6006

Desembargador Federal Nelson Porfírio221

Revisão do benefício. Falta de interesse de agir. Nulidade da sentença. “extra petita”. Renda mensal inicial. Inclusão de verbas trabalhistas. Salários-de-contribuição no período básico de cálculo. Possibilidade. Prescrição quinquenal. Juros de mora e correção monetária.

Ap 0038675-66.2012.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 227

Ação Rescisória. Erro de fato. Artigo 485, IX, CPC/1973. Tempo de serviço rural contado em duplicidade a período comum. Procedência da ação. Aposentadoria proporcional mantida. Retificação da data de início do benefício.

AR 0028942-95.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Luiz Stefanini 234

Incidente de juízo de retratação. Artigo 1.040, II, do CPC/2015. Benefício assistencial. LOAS. Deficiente mental. Exclusão do valor de um salário mínimo recebido pelo genitor a título de benefício previdenciário para cômputo da renda mensal do requerente. Reforma do julgado.

AI 0018152-18.2016.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas 238

Benefício assistencial de prestação continuada. Incapacidade parcial. Doenças. Ausência de tratamento. Hipossuficiência não demonstrada. Família.

ApReeNec 0031110-12.2016.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 243

Auxílio-doença / aposentadoria por invalidez / benefício assistencial. Sentença anulada para realização em caráter excepcional, de perícia médica por especialista na área de psiquiatria. Apelação da parte autora provida. Determinado a remessa dos autos ao juízo de origem.

Ap 0017108-03.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 253

Pensão por morte. Requisitos não preenchidos. Ex-esposa/companheira sem comprovação de dependência econômica. Benefício não concedido.

Ap 0022518-42.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Toru Yamamoto 256

Aposentadoria por idade. Rural. Prova documental e testemunhal insuficientes. Requisitos não satisfeitos. Período de carência não cumprido.

Ap 0023818-39.2017.4.03.9999

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 259

Pensão por morte. Qualidade de segurado. O falecido se encontrava no período de graça. União estável por mais de dois anos. Início de prova material corroborado por testemunhas. Contribuições vertidas pelo segurado por dezoito meses. Lei nº 13.135/2015. Idade de 38 anos da companheira. Caráter temporário da pensão.

Ap 0025704-73.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Gilberto Jordan 264

Aposentadoria por invalidez ou auxílio doença. Qualidade de segurado. Preenchimento dos requisitos legais. Reabilitação profissional. Realização de perícias periódicas.

Ap 0026363-82.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Newton De Lucca 269

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Embargos de Declaração. Execução de Sentença. Precatório. Saldo remanescente. Juros de mora. Entendimento do e. STF. Repercussão geral. Juízo de retratação.

Ap 0425391-12.1981.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 279

Agravo Interno. Decisão da Vice-Presidência. Negativa de seguimento a Recurso Excepcional. Correspondência entre o acórdão recorrido e a orientação do Tribunal Superior. Impossibilidade de rediscussão do acórdão paradigma. Execução Fiscal. Prescrição da pretensão executória.

Ag Ap 0014338-36.2004.4.03.6105

Desembargador Federal Mairan Maia 281

Embargos Infringentes. Embargos à Execução Fiscal. Eficácia obstativa da decisão do STF. Nulidade inocorrente. RFFSA. IPTU. Imunidade a partir de 22 de janeiro de 2007.

EI 0001678-31.2008.4.03.6182

Desembargador Federal Fábio Prieto 287

Embargos à Execução. Atualização de precatórios. EC nº 62/2009. Declaração de inconstitucionalidade. Modulação dos efeitos pela Suprema Corte. Juros de mora. Termo final na data do pagamento. Coisa julgada. Fiel cumprimento do título executivo.

Ap 0010883-06.2013.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira 308

Execução contra a Fazenda Pública. Embargos à Execução. Fixação de honorários advocatícios. Princípio da causalidade. Reconhecimento do pedido. Fixação do valor da Execução nos termos propostos na inicial da ação de Embargos à Execução.

Ap 0000827-04.2015.4.03.6131

Desembargadora Federal Marisa Santos312

Decisão de acolhimento de impugnação à justiça gratuita. Declaração de pobreza. Presunção relativa. Situação econômica da parte a desautorizar a concessão da benesse. Afastamento da multa fixada.

AI 0018089-90.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Ana Pezarini318

Conflito de competência. Implantação de Vara Federal com jurisdição sobre o município em que domiciliada a parte executada posteriormente à redistribuição da ação na fase de cumprimento de sentença a pedido do exequente. Princípio da “perpetuatio jurisdictionis”.

CC 0020053-21.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior 327

DIREITO PROCESSUAL PENAL

“Habeas Corpus”. Questão de ordem. Pedido de extensão. Deferimento. Identidade de caracteres objetivos. Artigo 580 do CPP. Concedida de ofício extensão quanto a terceiros.

HC 0014358-23.2015.4.03.0000

Desembargador Federal José Lunardelli 335

DIREITO TRIBUTÁRIO

Agravo Legal em Apelação Cível. Ação Ordinária. Contribuição. SEBRAE.

Ag ApReeNec 0012870-91.2000.4.03.6100

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 349

Creditamento PIS/COFINS. Não-cumulatividade. Encargos depreciação/amortização. Artigo 31 da Lei nº 10.865/2004. Revogação. Impossibilidade.

ApReeNec 0017656-66.2009.4.03.6100

Desembargadora Federal Mônica Nobre 356

Embargos à Execução Fiscal. Preço público pelo direito de uso de radiofrequência – PPDUR. Taxa de fiscalização de instalação – TFI. Lei nº 9.472/1997. Autorização. Cobrança.

Ap 0000125-75.2012.4.03.6127

Desembargador Federal Nery Júnior..... 370

Embargos à Execução Fiscal. Contribuição ao FUNRURAL. Período de 03/97 a 01/98. Leis nºs 8.540/1992 e 9.528/1997. Inconstitucionalidade. EC nº 20/1998. Sentença reformada.

AP 0007665-96.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Hélio Nogueira 376

Mandado de Segurança. IRPF. Limitações às deduções com despesas de instrução. Constitucionalidade, segundo a jurisprudência do STF, que suplanta o quanto foi decidido em Arguição de Inconstitucionalidade acolhida pelo Órgão Especial deste Tribunal.

ApReeNec 0000616-43.2016.4.03.6127

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo..... 385

Agravo Interno. Mandado de Segurança. ISS. Inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS. Repercussão Geral. RE 574.706/PR.

Ag ApReeNec 0019330-35.2016.4.03.6100

Desembargadora Federal Diva Malerbi.....388

SENTENÇAS

Ação Civil Pública. Edificação em área de preservação permanente. Usina Hidrelétrica de Jaguará. Obrigação de fazer. Demolição, plantio de mudas nativas e reparação de dano ambiental.

0001457-56.2011.4.03.6113

Juiz Federal João Carlos Cabrelon de Oliveira..... 393

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Procurador Seccional da Fazenda Nacional. Irregularidades em procedimentos de adjudicação em Execuções Fiscais ao arripio da Lei de Responsabilidade Fiscal.

0005285-38.2012.4.03.6109

Juiz Federal Fernando Cezar Carrusca Vieira 405

Ação Ordinária. Caixa Econômica Federal. Portador de tetraplegia. Concurso público. Reprovação em exame médico admissional. Aprovação em concurso similar no Banco do Brasil. Indenização por perda de chance pelo autor e por danos morais.

0007401-39.2015.4.03.6100

Juiz Federal Heraldo Garcia Vitta444

Ação Penal. Crime de estelionato. Exigência de dedicação exclusiva às atividades acadêmicas para percepção de bolsa da CAPES. Prestação de serviços ao DAEE concomitantemente à fruição de bolsa.

0009649-15.2015.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 453

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Ex-prefeito e ex-vice-prefeito. Merenda escolar. Recursos do FNDE. Danos ao erário.

0000041-23.2016.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite461

Ação Penal. Lei nº 9.613/1998 (art. 1º). Ocultação da propriedade de veículos adquiridos com produto de tráfico internacional de entorpecentes.

0001096-87.2016.4.03.6105

Juíza Federal Valdirene Ribeiro de Souza Falcão477

Pleito de fornecimento de medicamento de alto custo. Distrofia Muscular de Duchenne. Doença rara, grave e progressiva, capaz de causar morte. Ataluren. Medicamento que não possui registro na ANVISA, rejeitado pela Comissão de Incorporação de Tecnologia do Ministério da Saúde.

0005534-35.2016.4.03.6113

Juíza Federal Fabíola Queiroz..... 493

SÚMULAS

SÚMULAS DO TRF DA 3ª REGIÃO.....509

SÚMULAS DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS DA 3ª REGIÃO 513